

TÍTULO: Avaliação do nível socioeconómico e excesso de peso infantil no âmbito do MUNSI - um programa de base municipal

Silva, AL¹; Lopes, S¹; Breda, J; Rito, A^{1,2}

1- Universidade Atlântica, Oeiras, Portugal

2- Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Lisboa, Portugal

INTRODUÇÃO: A obesidade infantil constitui um dos mais sérios problemas de saúde pública em Portugal. Hábitos alimentares inadequados associados a baixos níveis de actividade física, parecem ser dos principais factores por detrás desta epidemia. Dimensões socioeconómicas parecem contribuir como factor *obesogénico*, manifestando-se em famílias com rendimentos familiares reduzidos e níveis de escolaridade intermédios. De modo a controlar e a reverter as tendências evidenciadas, programas de base municipal parecem responder eficazmente a esta problemática. **MÉTODOS:** O MUNSI desenvolve-se em três fases (2008 a 2011). A primeira fase compreendeu um estudo transversal de avaliação do estado nutricional (EN) de crianças do 2º do 1º ciclo do Ensino Básico dos municípios de Oeiras, Seixal, Montijo, Viana do Castelo e Fundão. Foram seleccionadas, das 168 escolas em estudo, 3275 crianças dos 6-9 anos de idade. Avaliou-se o EN através de parâmetros antropométricos (peso e estatura) considerando o IMC em relação aos percentis do CDC (pré-obesidade: $P85 \leq IMC \leq P95$ e obesidade: $IMC \geq P95$). Hábitos alimentares das crianças, condição socioeconómica e nível de educação das famílias foram avaliados através da aplicação de um questionário familiar de auto-resposta. **RESULTADOS:** A prevalência de excesso de peso ($IMC \geq P85$) foi de 32,1%, observando-se que 14,4% das crianças eram obesas ($IMC \geq P95$). A prevalência de pré-obesidade foi superior nas raparigas (18,1%) comparativamente aos rapazes (17,8%). A frequência alimentar avaliou que o consumo de alimentos tipo *fast food* e doces ocorria com uma frequência de 15 dias (48,4% e 35,5% respectivamente), produtos de pastelaria apresentaram uma frequência de consumo 1-3 vezes por semana (41,5%). O risco de excesso de peso infantil era maior em famílias com rendimentos médios (851-1500€: $OR=1,23$), contrariamente ao que se observou nas famílias cujos rendimentos eram de valor $>1500€$ mensais mostrando um menor risco de excesso de peso infantil ($OR \leq 0,82$). A informação da escolaridade mostrou que as mães apresentavam um nível de escolaridade superior (20,7% com 12º ano concluído) em relação aos pais (17,8% com 6º ano concluído). Neste conjunto, observou-se que o risco de excesso de peso infantil era maior nas classes de escolaridade dos pais referente ao 2º ciclo ($OR=1,25$ e $OR=1,23$ para pai e mãe, respectivamente). **CONCLUSÃO:** O conhecimento resultante desta primeira fase de avaliação fornece uma perspectiva preliminar dos factores determinantes no excesso de peso infantil. Trabalhos futuros permitirão identificar intervenções efectivas a nível local, visando reverter as actuais tendências de excesso de peso nas crianças portuguesas e promovendo a possibilidade de uma vida futura cheia de saúde.